



Previdência de servidores será criada até 29 de outubro

Apesar do prazo de 180 dias definido na lei, funcionamento pode ser autorizado só em 2013 pela Secretaria de Previdência Complementar

O fundo dos servidores do Executivo começará com capital de R\$ 50 milhões, enquanto os do Legislativo e do Judiciário, com R\$ 25 milhões cada um. A verba virá de um adiantamento das contribuições da União — 8,5% da parcela do salário que superar o teto do Regime Geral de Previdência Social (R\$ 3.916,20).

Se a previdência complementar de um Poder começar a funcionar

antes da de outro, os servidores sem fundo de pensão poderão aderir ao plano de benefícios da entidade que primeiro entrou em funcionamento, até a regularização da situação.

O desconto no contracheque será de 11% na parcela de salário que não exceder aquele teto, que será também o limite para a futura aposentadoria sem o complemento a ser garantido pelo fundo. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Walter Valente Júnior, diretor-geral-adjunto, explica funcionamento da Casa a novos funcionários

Servidores do último concurso do Senado terminaram sexta-feira curso de integração

Treinamento incluiu palestras sobre a história do Senado, segurança corporativa e ética no serviço público, ministradas por

diretores da Casa. O concurso ofereceu 246 vagas para várias áreas. Dos aprovados, já foram nomeados 182. Desses, 78 tomaram posse. **2**



Senado faz seminário hoje para lembrar os 200 anos da Constituição de Cádiz

Documento, que vigorou na Espanha, teve grande influência sobre constituições de Portugal, da América espanhola e do Brasil. Seminário acontece pela manhã no Interlegis. **4**



Reprodução

Comissões votaram 867 propostas e realizaram 362 reuniões até julho **2**

Prefeito e ex-prefeito de Guarulhos podem ser ouvidos pela CPI **4**



Ano Vólpe/Jornal do Senado

Cooperativa de Brasília: doação a projetos de reciclagem pode ter isenção no Imposto de Renda

Projeto estimula apoio à reciclagem **3**

Balanço divulgado pela Secretaria-Geral da Mesa mostra que as comissões permanentes do Senado tiveram muito trabalho no primeiro semestre, votando centenas de matérias e debatendo questões essenciais ao país

Comissões: 867 propostas e 362 reuniões no 1º semestre

A CRIAÇÃO DO Fundo de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais (Funpresp), a concessão de aposentadoria especial a pessoas com deficiência, a exigência de ficha limpa para todos os servidores públicos que assumirem cargos em comissão e um sistema de reserva de vagas nas universidades públicas para alunos de escolas públicas estão entre as 867 matérias analisadas pelas comissões permanentes e subcomissões do Senado no primeiro semestre de 2012.

Segundo a Secretaria-Geral da Mesa (SGM), entre 2 de fevereiro e 17 de julho, foram realizadas 362 reuniões, incluindo 179 audiências públicas sobre temas diversos. Das 867 matérias apreciadas, 511 foram em decisão terminativa — que não precisa passar pelo Plenário, a menos que haja recurso nesse sentido. No mesmo período, 417 requerimentos foram votados pelas comissões e subcomissões da Casa.

Nas 179 audiências públicas realizadas, diversos assuntos foram discutidos por autoridades e especialistas brasileiros e estrangeiros. Na área de transporte, foram vários debates sobre a aviação aérea nacional, a situação do transporte coletivo no Brasil e as estradas e ferrovias brasileiras.

Na agricultura, foram destaque a regulação do mercado de agrotóxico, a dívida dos agricultores afetados pelas secas e enchentes, a concessão

de financiamento para a produção e a redução das taxas de juros.

No esporte, as Olimpíadas de Londres, a organização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014, além da Lei Geral da Copa, dominaram parte dos debates.

Várias audiências discutiram os preparativos para a Conferência da ONU para o Desenvolvimento Sustentável Rio+20, que ocorreu em junho; as dificuldades para o Brasil cumprir as metas estabelecidas para melhorar o ensino; a situação dos planos de saúde privados; o fim do fator previdenciário e o reajuste dos aposentados e pensionistas; e ainda os rumos da política externa brasileira.

A Casa recebeu nos debates vários ministros, que vieram discutir com os senadores a crise econômica mundial e as prioridades de suas pastas para a sociedade.

Matérias

Entre as 867 matérias analisadas de 2 de fevereiro a 17 de julho nas comissões, várias trataram de deduções no Imposto de Renda (IR). É o caso da proposta que beneficia com a isenção, até o limite dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social, os valores recebidos mensalmente por contribuintes com mais de 65 anos.

Outra proposta importante é a que reduz o IR pago com despesas de medicamentos

e pagamentos efetuados aos profissionais de estabelecimentos de atividade física, desde que por recomendação médica.

A regulamentação do exercício da Medicina, a aposentadoria especial a pessoas com deficiência, a criação do Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência, além de punições mais severas a crimes de lavagem de dinheiro também foram analisadas pelas comissões no primeiro semestre.

Foi aprovada também a alíquota única para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações estaduais com bens e mercadorias importados do exterior. Outras matérias que passaram pelo exame das comissões foram a exigência de ficha limpa para todos os servidores públicos em cargos de comissão, a criação de uma política nacional de combate à pirataria e a ampliação do combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Autoridades

As comissões do Senado sabatinaram e aprovaram 36 autoridades indicadas para cargos diversos, a maioria embaixadores em vários países. Também foram aprovadas indicações de novos ministros para compor os tribunais superiores e diretorias das agências reguladoras nacionais e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ao lado de diretores, concursados recebem informações sobre o Senado

Senado promove curso para receber servidores aprovados no último concurso

O Senado concluiu sexta-feira o programa de integração para a primeira turma de servidores aprovados no concurso deste ano. De caráter obrigatório, o curso passa a ser oferecido aos servidores que ingressarem na Casa por meio de concurso. O programa é executado pela Secretaria de Recursos Humanos e pelo Instituto Legislativo Brasileiro, sob a supervisão da Diretoria-Geral.

O treinamento é composto por palestras sobre a história do Senado, ética no serviço público, segurança

corporativa e estrutura e serviços.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, ressaltou a importância de servir à Casa.

— Aqui temos a oportunidade de atuar em processos de trabalho que irão influenciar a vida de toda a sociedade.

Também participou a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, entre outros diretores.

O concurso ofereceu 246 vagas para os cargos de consultor, analista e técnico legislativo. Dos 182 nomeados até agora, 78 já tomaram posse.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO: Dia do Maçom

10h O Plenário realiza sessão especial para homenagear o Dia do Maçom. Às 14h, a sessão é não deliberativa.

PRESIDÊNCIA: Constituição de Cádiz

9h O senador José Sarney participa de seminário em comemoração aos 200 anos da Constituição de Cádiz, no Interlegis. Às 19h, comparece a coquetel na embaixada da Espanha.

TERÇA

CPI DO CACHOEIRA: Depoimentos de procuradores

10h15 A comissão ouve os depoimentos dos procuradores da República Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira.

CÓDIGO PENAL: Debate com presidente da OAB

14h30 A comissão especial realiza audiência pública com Ophir Cavalcante, presidente da OAB, e Tais Schilling Ferraz, integrante do Conselho Nacional do Ministério Público.

QUARTA

CPI DO CACHOEIRA: Depoimento de Jayme Rincón

10h15 O presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop) e ex-tesoureiro de campanha de Marconi Perillo, Jayme Rincón, e o policial aposentado Aredes Correia Pires prestam depoimento à comissão.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Agenda cheia

Confira os principais números da atividade das comissões permanentes do Senado e suas subcomissões no primeiro semestre legislativo, entre 2 de fevereiro e 17 de julho

Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado



- ▶ 867 matérias analisadas, sendo 511 em decisão terminativa
- ▶ 362 reuniões realizadas, sendo 179 audiências públicas
- ▶ 417 requerimentos votados
- ▶ 36 autoridades sabatinadas e aprovadas para assumir cargos diversos

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Reciclagem pode dar desconto no Imposto de Renda

Doações de pessoas físicas e jurídicas para projetos e atividades de reciclagem poderão ser deduzidas do Imposto de Renda (IR). A proposta, de Paulo Bauer (PSDB-SC), aguarda votação na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O PLS 187/12 possibilita a aplicação em reciclagem de 6% e 4% do IR devido por pessoas físicas e jurídicas, respectivamente. O incentivo se soma à dedução já permitida para doações e patrocínios à cultura, ao audiovisual, ao esporte e aos fundos da criança e adolescente e do idoso.

Só metade do valor das doações para reciclagem poderá ser convertida em incentivo fiscal. O acesso ao benefício está condicionado à aprovação prévia dos projetos pelo Poder Executivo e à comprovação da aplicação dos recursos no ano-calendário. O texto proíbe que empresas deduzam as doações para determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O relator do projeto na CMA, Romero Jucá (PMDB-RR), recomenda a aprovação e observa que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) já admite incentivos fiscais, financeiros ou creditícios pela União, estados, Distrito Federal e municípios, a indústrias e entidades de reutilização, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos.

Se aprovado pela CMA, o projeto segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Gerardo Magela/Agência Senado

As reciclagens que darão benefício terão de ser aprovadas pelo Poder Executivo

Senado busca destino para apreensões em ações contra o tráfico

Recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), composto de valores apreendidos em operações contra o tráfico, se destinarão apenas a ações para usuários ou dependentes e para prevenção e diminuição de problemas associados a seu uso.

A nova aplicação está prevista em projeto (PLS 304/11) de Eunício Oliveira (PMDB-CE) que já foi aprovado na CAE e está pronto para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Hoje, parte desse dinheiro é destinada a várias despesas como o pagamento de cotas de participação do Brasil em organismos internacionais de combate a drogas e em gastos do órgão de combate à lavagem de dinheiro.

Relator do projeto na CAE, Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que a iniciativa representa “uma bem-vinda guinada na destinação dos recursos do Funad”.

Profissão de vigia autônomo deverá ser regulamentada

Projeto (PLS 302/12) de Jayme Campos (DEM-MT) condiciona o exercício da profissão de vigia autônomo ao registro em órgãos de segurança pública dos estados e do Distrito Federal, com normas da lei trabalhista e previdenciária. O objetivo é retirar da informalidade um contingente estimado em mais de 1,5 milhão de trabalhadores.

Jayme afirma que, embora a profissão esteja regulamentada há quase 30 anos, os vigias particulares, não vinculados a empresas de segurança patrimonial, comercial ou bancária, continuam informais.

Entre os requisitos para obtenção do registro, o projeto estabelece: ser brasileiro maior de 21 anos, ter residência fixa, não possuir antecedentes criminais, ter ensino fundamental e não ser funcionário de órgão de segurança pública.

O projeto foi enviado à Comissão de Assuntos Sociais, para votação final.

Proposta de Gim Argello cria a Agência Nacional de Mineração

Projeto apresentado na quinta-feira por Gim Argello (PTB-DF) prevê a transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em um órgão regulador, a Agência Nacional de Mineração (ANM).

Pela proposta (PLS 306/12), a ANM será uma autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira. O modelo será semelhante ao de outras agências nacionais, como a do Petróleo (ANP) e a de Energia Elétrica (Aneel).

O senador diz que o Código de Mineração, em vigor desde 1967, está ultrapassado. A criação de uma agência se insere na proposta do governo de um novo marco para o setor, anunciada no início de 2011.

O projeto será examinado pelas comissões de Constituição e Justiça e de Serviços de Infraestrutura, esta em decisão terminativa.

Previdências dos servidores serão criadas até 29 de outubro

Lei estabelece prazo de 180 dias, mas Superintendência de Previdência Complementar tem até o ano que vem para autorizar

AS ENTIDADES DE previdência complementar dos servidores dos três Poderes deverão ser criadas até 29 de outubro. O prazo de 180 dias foi estabelecido pela Lei 12.618/12, que considera improbidade o seu descumprimento injustificado. Mas o funcionamento dessas entidades poderá ficar para 2013, porque a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) tem prazo de 240 dias para autorizar o início da operação.

O fundo dos servidores do Executivo começará com capital de R\$ 50 milhões, enquanto os do Legislativo

e do Judiciário, com R\$ 25 milhões cada. Esse capital virá da União, como adiantamento das contribuições aos fundos previdenciários — 8,5% da parcela do salário do servidor que exceder ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que é de R\$ 3.916,20.

O servidor terá flexibilidade para contribuir com mais de 8,5%, sem a contrapartida da União para essa parcela facultativa. Da mesma forma, poderá contribuir com menos de 8,5%, mas a contrapartida da União será reduzida para que ambos se igualem nos valores destinados ao fundo.

Desconto de 11% sobre o que não superar teto da Previdência geral

No contracheque, o servidor terá desconto de 11% na parcela de salário que não exceder ao teto do RGPS, que passará a ser também o valor máximo das aposentadorias e pensões dos que ingressarem no serviço público após a vigência das regras.

Um servidor que receba salário de R\$ 10 mil, por exemplo, pagará de previdência R\$ 430,78 sobre a parcela até R\$ 3.916,20, que

será também o limite para sua futura aposentadoria.

Para tentar complementar os R\$ 10 mil, na aposentadoria ou pensão, o servidor terá de contribuir com o fundo de previdência do Poder a que estiver vinculado. Apenas a contribuição é definida; o benefício dependerá de uma série de fatores, como o desempenho financeiro do fundo, que fará suas aplicações no mercado.

Fundo de outro Poder servirá como plano provisório para servidor

Como cada Poder tem autorização para criar sua própria entidade de previdência complementar, nem todas funcionarão no mesmo momento. Nesse caso, os servidores sem fundo de pensão poderão aderir ao plano de benefícios da entidade que primeiro entrou em funcionamento, até a regularização da situação.

De qualquer forma, o início do funcionamento do primeiro fundo marca a instituição do novo regime. Todos os servidores admitidos a partir de então, mesmo em Poder que não tenha criado a entidade, passam a ser regidos pelas novas regras.

Sarney analisa proposta de fundo único para Legislativo e Executivo

A lei prevê a possibilidade de uma fundação que contemple servidores de dois ou dos três Poderes. Dia 13 o ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, propôs ao presidente do Senado, José Sarney, fundo único para Legislativo e Executivo.

A junção, na avaliação de Garibaldi, facilitaria a organização e a consolidação dos fundos, que funcionariam juntos nos dois primeiros anos e poderiam, depois, ser separados. O ministro disse que Sarney foi receptivo à ideia e ficou de aprofundar a discussão com a direção-geral da casa e com a Câmara dos Deputados.

CPI analisa convocação do prefeito de Guarulhos

Sebastião Almeida e seu antecessor na prefeitura são acusados de favorecer a construtora Delta, ligada ao esquema de Carlinhos Cachoeira, em duas concorrências públicas para obras do PAC

O PREFEITO DE Guarulhos (SP), Sebastião Almeida, pode ser convocado para depor na comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira com políticos e empresários. O pedido foi feito pelo deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) e também inclui o antecessor de Almeida, Elói Pietá, que também é filiado ao PT.

Para sugerir a convocação dos dois políticos de Guarulhos, o deputado se baseou em reportagem da revista *Época* segundo a qual a construtora Delta teria sido favorecida em duas concorrências públicas para obras do PAC naquela cidade.

Já o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) e o deputado Ronaldo Fonseca (PR-DF) querem que o contador Gilmar Carvalho de Moraes dê explicações à CPI. Eles pediram a convocação e também a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico.



CPI do Cachoeira pode apurar suposto favorecimento à Delta em licitações

Moraes é ex-marido de Roseli Pantoja da Silva, que o acusou de ter usado o nome dela indevidamente para abertura de empresas de fachada que integrariam o esquema de Cachoeira.

Roseli falou semana passada à CPI e deu um depoimento que surpreendeu os parlamentares. No início, chegaram a pensar que haviam convocado a pessoa errada. Até então acreditavam tratar-se de uma

rica empresária, sócia da empresa-fantasma Alberto & Pantoja Construções, que teria recebido, em apenas um ano, R\$ 27,7 milhões do esquema de Cachoeira por meio da Delta.

Roseli, que é dona de um *box* na Feira dos Importados, em Brasília, revelou ter uma vida simples, depôs sem advogado e disse que só ficou sabendo que era sócia da Alberto & Pantoja pelo noticiário da internet.

Senado faz hoje seminário sobre Constituição de Cádiz

Acontece hoje no auditório do Interlegis o seminário 200 Anos da Constituição de Cádiz. O presidente do Senado, José Sarney, faz a palestra de abertura, a partir das 9h.

A Constituição de Cádiz, também conhecida por Constituição Espanhola de 1812, foi o primeiro documento constitucional em sentido moderno aprovado na Península Ibérica e um dos primeiros do mundo. O texto exerceu profunda influência no desenvolvimento do constitucionalismo espanhol, português e latino-americano.

No seminário de hoje, o secretário-geral da Secretaria-

-Geral Ibero-Americana, Enrique Iglesias, será um dos palestrantes.

O professor Carlos Fernando Mathias de Souza, vice-reitor acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), vai falar sobre a Constituição de Cádiz e as constituições de Portugal (1822) e do Brasil (1824).

Também está prevista uma palestra com o jurista e escritor espanhol Benigno Pendás, que vai tratar da Constituição de Cádiz como símbolo de liberdade e sua influência na Península Ibérica. O embaixador Jerônimo Moscardo deve encerrar o seminário.

Programação

9h	SESSÃO DE ABERTURA Senador José Sarney <i>Presidente do Senado Federal</i> Enrique Iglesias <i>Secretário-geral da Secretaria-Geral Ibero-Americana</i>
10h	PALESTRA "A constituição de Cádiz e as constituições de Portugal (1822) e do Brasil (1824)" Professor Carlos Fernando Mathias de Souza <i>Vice-reitor acadêmico da Unilegis</i>
11h	PALESTRA "La constitución de Cádiz como símbolo de libertad. Su influencia en Iberoamérica" Doutor Benigno Pendás <i>Jurista e escritor espanhol, catedrático em Ciências Políticas e diretor do Centro de Estudos Políticos e Constitucionais</i>
12h	ENCERRAMENTO

Projeto exige dados de preços de animais para abate

Para dar mais equilíbrio à relação entre frigoríficos e produtores de carne bovina e suína, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) examina projeto (PLC 85/11) que obriga os frigoríficos a informarem diariamente ao Ministério da Agricultura os preços pagos pelos animais adquiridos para abate.

Além do preço pago pela arroba do animal vivo, os frigoríficos deverão informar o número de animais e o peso médio por lote, discriminados por sexo e idade, com distinção entre rastreados e não rastreados. As informações deverão ser fornecidas até cinco dias após o abate e serão mantidas em sigilo.

A relatora, Ana Amélia (PPRS), manteve substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o projeto também foi relatado por ela. Para a senadora, o projeto oferece proteção comercial aos produtores, que enfrentam um mercado em que a indústria frigorífica se beneficia do baixo preço pago pelos animais.

De autoria do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), o projeto previa originalmente que apenas frigoríficos com

registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF) fossem obrigados a prestar informações ao Ministério da Agricultura. A relatora, no entanto, apresentou emenda para estender a obrigação a todos os frigorí-

ficos em atuação no país.

Ana Amélia também ampliou o mecanismo de controle ao mercado da carne suína, enquanto o projeto original vindo da Câmara abrangia apenas a carne bovina.



Frigoríficos terão que dar as informações diariamente, se o projeto for aprovado

Teto para câmbio sem contrato deve ir para US\$ 10 mil

O limite para operações de compra e venda de moeda estrangeira sem a necessidade da apresentação do formulário de transação cambial exigido pelo Banco Central, hoje fixado em US\$ 3 mil, pode ser elevado para US\$ 10 mil. A medida consta de projeto pronto para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De acordo com o autor do PLS 16/12, Francisco Dornelles (PP-RJ), o projeto vai facilitar a compra de reais pelos turistas estrangeiros que vierem ao Brasil na Copa das Confederações de 2013, na Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016.

Dornelles ressalta que a ampliação beneficiará os brasileiros que precisarem remeter recursos ao exterior ou comprar moeda estrangeira para viagens internacionais.

Em seu voto favorável, o relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), disse considerar US\$ 10 mil um limite mais adequado às necessidades dos turistas que virão aos eventos esportivos.



José Sarney/Agência Senado

Médicos poderão ser proibidos de receber benefícios

Médicos e sociedades médicas poderão ficar proibidos de receber benefícios da indústria e comércio de produtos para a saúde. É o que propõe Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

A intenção da senadora é preservar a autonomia do médico ao prescrever ou indicar medicamentos ou tratamentos. A proposta (PLS 225/12) modifica a Lei dos Conselhos de Medicina (Lei 3.268/57) para exigir que o Código de Ética Médica ou Código de Deontologia Médica impeçam pagamentos, incentivos ou benefícios de indústria e comércio de produtos para a saúde.

Maria do Carmo ressaltou que foi instigada a apresentar o projeto de lei a partir de artigo da presidente da Academia Sergipana de Medicina e professora de Ética Médica da Universidade Federal de Sergipe, Deborah Pimentel, que relata essa relação, denominada por ela de "promíscua".

O projeto aguarda designação do relator na Comissão de Assuntos Sociais.



Maria do Carmo Alves/Agência Senado